



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681261 - RN (2021/0225724-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DANIEL MAGNUS DE VASCONCELOS COSTA JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : MONA LISA AMELIA ALBUQUERQUE DE LIMA - RN010076
DANIEL MAGNUS DE VASCONCELOS COSTA JUNIOR - RN018256
JEFFERSON LUIZ MENDONÇA DA SILVA - RN017484
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : JERDEAN NOGUEIRA DA CUNHA (PRESO)
CORRÉU : INAYARA ISAIAS E SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JERDEAN NOGUEIRA DA CUNHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (08062375320218200000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 16/12/2020, em sua residência, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. Ao final, foi condenado a uma pena de 9 anos e 4 meses de reclusão e 723 dias multa, em regime fechado. Foi-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Os impetrantes sustentam, em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da ilegalidade da sentença e do acórdão que a confirmou, os quais, desprovidos de fundamentação idônea, negaram a possibilidade de recurso em liberdade e desconsideraram todos os elementos subjetivos (primariedade/bons antecedentes/residência física etc.) e os objetivos que, em tese, possibilitariam a ele referido direito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente possa recorrer e aguardar o processamento e julgamento do recurso em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente